

## Capítulo IX

# Desenvolvimento desigual e combinado

Renildo Souza

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

RENILDO, S. Desenvolvimento desigual e combinado. In: *Estado e capital na China* [online]. Salvador: EDUFBA, 2018, pp. 221-242. ISBN 978-85-232-2002-0.  
<https://doi.org/10.7476/9788523220020.0011>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

# Desenvolvimento desigual e combinado

## Perspectiva histórica e mundial

Desenrola-se uma grande disputa sobre a natureza do atual curso chinês. De um lado, muitos intérpretes, como advogados do capitalismo no Ocidente querem capitalizar os êxitos do crescimento econômico como demonstração da superioridade do liberalismo, do mercado, da propriedade privada e do capital. Os neoliberais congratulam-se com essa interpretação. Mas esquecem das condições especiais da China, inclusive do papel ativo e forte do Estado chinês na economia. Ademais, desconsideram a herança econômica do período maoísta. Ignoram as vantagens do tamanho e dinamismo próprios e domésticos da economia chinesa. Não enxergam os benefícios produtivos e comerciais para a China que resultaram dos impactos da ascensão econômica da Ásia, sobretudo do Leste asiático. Não avaliam corretamente os interesses, cooperação e rivalidade geopolíticos das relações entre a China e os Estados Unidos.

De outro lado, o Partido-Estado classifica como modernização socialista as grandes conquistas econômicas da China. Os desenvolvimentistas e os regulacionistas enfatizam a autonomia, as

políticas e as estratégias do Estado chinês. Teria sido a vitória de um Projeto Nacional. Também se insiste na explicação óbvia da singularidade do desenvolvimento econômico da China. Os próprios dirigentes do Partido-Estado repisam a particularidade: “socialismo de mercado com características chinesas”. Singularidade, sim, é verdade, mas em que sentido sistêmico, universal, a China hoje contribui para a emancipação dos trabalhadores no mundo? Qual é o universalismo da China contemporânea, deixando de lado a singularidade nacional chinesa?

222

As transformações econômicas na China são singulares, em primeiro lugar, porque paradoxalmente representam um tipo de mudança sistêmica em um país de um passado revolucionário recente. Ademais, há todas as marcantes particularidades históricas, culturais, econômicas e sociais da China milenar. Tem de ser singular uma sociedade de mais de um bilhão e 300 milhões de homens e mulheres. Não é preciso fazer julgamento moral para reconhecer que o capitalismo é o mesmo sistema de exploração da classe trabalhadora em toda parte, mas o desenvolvimento capitalista tem particularidades nacionais em cada país. Assim, faz sentido o capitalismo com características chinesas, pois.

Em perspectiva histórica e mundial, a revolução industrial, primeiro, e o advento do imperialismo dos monopólios e alta finança, depois, produziram clivagens e assimetrias estruturais entre os diversos países. A época moderna registra processos diversos, singulares, como: i) a revolução burguesa na França, em 1789 e 1848; ii) a unificação alemã, com o Estado bismarkiano e a via prussiana de desenvolvimento, preservando o poder dos *junkers* latifundiários; iii) a independência nacional, em 1776, e a guerra de secessão, na década de 1860, constituindo uma moderna sociedade burguesa, a partir do Norte, no que se chamou Estados Unidos; iv) a colonização na América do Sul e depois a independência nacional na primeira metade do século XIX, constituindo Estados da aristocracia rural

nativa e persistente atraso econômico; v) a aceleração da corrida pela partilha da África entre as potências imperialistas nas últimas décadas do século XIX; vi) a longa dominação, adentrando o século XX, dos impérios coloniais, destacadamente o inglês e o francês, no Oriente Médio e na Ásia, suscitando, em alguns casos, o surgimento de movimentos nacionais ou socialistas. Como se vê, é da natureza do capitalismo o desenvolvimento desigual e combinado com as singularidades, com as características nacionais. Além disso, no caso da China, salta aos olhos a relevância da incidência da dominação estrangeira e da agressão imperialista, no chamado século de humilhação e tratados injustos, desde a primeira guerra do ópio.

Portanto, não tem cabimento qualquer explicação da atual ascensão econômica chinesa em termos a históricos, como se fosse uma revelação da força espiritual confuciana. A China das reformas de Deng não é a chamada Nova China de Mao e muito menos a China do Primeiro Imperador. As particularidades nacionais são importantes, mas não estão na contemporaneidade descoladas do contexto histórico mundial moldado pelo capitalismo. A compreensão do desenvolvimento chinês não pode ser feita isolada das condições internacionais. Isso seria um absurdo, denunciado, até mesmo, pelo engajamento dos capitais estrangeiros, sobretudo da diáspora chinesa – reforçado pelo êxodo com a vitória da revolução maoísta em outubro de 1949 –, pelas exportações, pelo novo papel da China na divisão regional e internacional do trabalho. Atestando o desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo, como sistema mundial, o vertiginoso crescimento econômico da China convive necessariamente com o fraco ritmo da acumulação de capital, inclusive casos de estagnação, em outros países.

A crise asiática de 1997-8 tem um pedaço de sua explicação asentado na competição chinesa e, por conseguinte, em um certo deslocamento das exportações de países do Leste Asiático para terceiros mercados, sobretudo os Estados Unidos. Houve, por

exemplo, migração de algumas empresas do México para a China. O Brasil se ressentiu da invasão do seu mercado por têxteis, calçados e brinquedos chineses.<sup>37</sup> No curso dos desdobramentos da crise global de 2008, a China tornou-se a segunda maior economia do mundo, com seu PIB ultrapassando o do Japão em 2010.

### Universalismo entre URSS e China

Ainda, insistindo na perspectiva histórica e mundial, no caso do mais importante exemplo do socialismo realmente existente, a União Soviética (URSS), como se diz, saiu do arado movido à tração animal na agricultura para o posto de superpotência e rival dos Estados Unidos. No breve período de quatro décadas (de 1920 a 1960), esse esforço de titânica construção econômica conheceu

---

<sup>37</sup> Exportadores brasileiros de soja, minério de ferro e aço têm ampliado imensamente suas vendas para a China, e o governo brasileiro deu seu reconhecimento à China como economia de mercado, apesar dos protestos do empresariado brasileiro. Mas, em junho de 2005, o governo do presidente Lula foi obrigado a regulamentar as salvaguardas contra importações chinesas, conforme o Protocolo de Acesso da China na Organização Mundial do Comércio. Um decreto de regulamentação volta-se para produtos chineses em geral e vigora até 2013, e o segundo decreto é direcionado para a indústria têxtil. Em outubro de 2005, a indústria têxtil protocolou o pedido de aplicação das salvaguardas contra a China. A produção de cerca de 70 produtos têxteis estaria sendo prejudicada pela concorrência chinesa. O Sindicato da Indústria Têxtil do Estado de São Paulo estima que cerca de 30 mil postos de trabalho deixaram de ser criados devido às importações da China em 2004. O Sinditêxtil denuncia que “um quilo de calça de lã [foi] importado [pelo Brasil] em média a US\$ 1,14 da China, enquanto o mesmo produto foi exportado para os Estados Unidos a US\$ 48,80” (SPITZ, 2005). Também a indústria de brinquedos requereu proteção comercial. Em agosto de 2006, o governo do Brasil ainda insistia em uma negociação com a China, pretendendo que o Estado chinês adotasse restrições voluntárias nas suas exportações para o mercado brasileiro. (CAMACHO, 2006)

altos índices de crescimento econômico, com mecanismos de planificação e gestão estatais. Alguns dados já ficaram esquecidos e cabe lembrá-los, a saber: i) a média anual de crescimento da economia foi de 13,2%, 16,1% e 12,5%, nos períodos dos primeiro, segundo e terceiro (interrompido pela agressão alemã) planos quinquenais; ii) a participação soviética na produção industrial mundial elevou-se de 2,8%, em 1929, para 5,6%, em 1938; iii) a participação na produção agrícola mundial foi de cerca de 8%, sem alteração, comparando-se 1929 e 1938; iv) a taxa de investimento em relação ao produto nacional subiu de 7%, em 1928, para 21%, em 1937; e v) o ritmo de crescimento da produção industrial entre 1913 (ainda no czarismo) e 1950 foi o mais rápido do mundo, inclusive em comparação com os países capitalistas.

É claro que houve, nesse processo, as deformações burocráticas, além da queda da produtividade do trabalho e tendência à estagnação a partir de meados dos anos 1970, para não falar da gravíssima ausência da democracia socialista. O capitalismo não concedeu à URSS um minuto de paz. Na linha do tempo, no século XX, a URSS foi submetida a uma guerra civil, à invasão avassaladora nazista na Segunda Guerra Mundial com mais de 20 milhões de soviéticos mortos, o cerco imperialista implacável, a guerra fria com todas as suas múltiplas sabotagens e ameaças, a gigantesca indústria de propaganda anticomunista nas universidades, na imprensa e no cinema. Enfrentando tudo isso, a obra econômica da União Soviética registrou forte crescimento econômico e industrialização. A espetacular ascensão econômica da URSS chamou tanta atenção que influenciou, em algum grau, certas iniciativas de planificação governamental em países capitalistas centrais e periféricos, principalmente no imediato pós-guerra.<sup>38</sup>

---

<sup>38</sup> “Por iniciativa dos EUA, foi criado, em 1949, o Comitê Coordenador para o Controle das Exportações Multilaterais (COCOM), abarcando todos os

E qual foi o universalismo da URSS, em contradição com seu regime repressivo? Que tipo de universalismo, apesar da sua negação da liberdade e, portanto, negação do socialismo e marxismo? A despeito das graves contradições internas à URSS, a história registra, para o exterior, o impacto progressista, democrático, avançado da União Soviética sobre as condições de vida dos trabalhadores no mundo, sobre a descolonização na África e na Ásia, sobre os direitos das mulheres, sobre a contenção dos preconceitos raciais e da xenofobia nacionalista, sobre as liberdades democráticas e a cidadania. Tudo isso ocorreu porque o capitalismo, acossado e denunciado pela suas inevitáveis exploração e opressão, foi obrigado a fazer concessões ao povo na competição com o comunismo soviético no mundo. Tudo isso tem a ver com universalismo, ao invés de singularidade. Depois do fim da URSS, o grande capital se sentiu com as mãos livres para eliminar os direitos sociais, previdenciários e trabalhistas com as reformas neoliberais no mundo. E agora, comparativamente, qual é o impacto universalista em liberdade e progresso social que a China contemporânea está forçando o imperialismo norte-americano a ceder, a fazer concessões, a se “humanizar”?

---

países membros da OTAN (menos Islândia e a Espanha) e o Japão. Criada sob a égide da OTAN, o COCOM se constituiu num órgão multilateral destinado a conter e reduzir o comércio dos países capitalistas centrais com a URSS e demais países socialistas, sob a alegação de ‘razões de segurança’. Pouco depois da sua criação, os Estados Unidos determinaram ao COCOM a inclusão de mais de duas mil categorias de artigos na lista de bens e serviços proibidos de serem comercializados com o ‘campo socialista’. Isso representava, na época, quase metade dos artigos disponíveis no mercado mundial!”. (FERNANDES, 1991, p. 122)

***De te fabula narratur!***

Marx nunca falou em mundo plano. Nunca disse que os processos econômicos seriam iguais em toda parte. Nunca previu desenvolvimento avançado igual em todos os países. Falou da necessidade de acumulação de capital, do capitalismo no mundo, das contradições e crises. Era o mundo à imagem e semelhança da burguesia, com todo seu cortejo de desigualdades, misérias. Marx não renegou o seu materialismo histórico. Sem entrar em uma polêmica interminável em que há quem veja contradição – ao que parece, sem razão – entre o internacionalismo, o universalismo de Marx e sua posição sobre as lutas nacionais, retoma-se aqui sua proclamação sobre a velha e fragmentada Alemanha e seu futuro capitalista, só isso: *de te fabula narratur!*

Na história econômica do capitalismo, o espetacular êxito chinês é acompanhado por diversas outras experiências, com suas características próprias. Basta constatar, por exemplo, as elevadíssimas taxas de crescimento econômico da Inglaterra, como império colonial e pioneiro industrial, na maior parte do século XIX. Também ocorreu a aceleração das economias estadunidense e alemã, a partir das últimas décadas do século XIX. Nos anos 1950 e 1960, designou-se, à época, a reconstrução da Alemanha ocidental e do Japão como “milagres econômicos”. O Brasil já teve o seu “milagre” entre 1968 e 1973-4, além da rápida industrialização entre a década de 1930 e o final dos anos 1970. Na Ásia, apareceram os primeiros e os segundos “tigres”. A Coreia do Sul transformou-se de um pobre e pequeno país agrário, dilacerado por uma guerra, em uma nação desenvolvida no prazo de 40 anos (entre outras razões, porque houve um pequeno detalhe: a guerra fria, com os interesses dos Estados Unidos na Ásia – só esse detalhe).

A sabedoria convencional, no entanto, está sempre a postos para exaltar cada episódio de impulso econômico, na forma estrita



de uma determinada estratégia, ponto por ponto, como uma possibilidade aberta, factível, à mão de todo e qualquer país. A essa altura, é ocioso falar que se confunde deliberadamente crescimento econômico com desenvolvimento. Assim, é obscurecida a típica persistência do problema do subdesenvolvimento para a maioria dos povos, nos marcos do capitalismo.

Evidentemente, capitalismo pressupõe acumulação de capital e, mesmo sob o imperialismo, seria um absurdo a expectativa do colapso mecânico e automático da viabilidade do crescimento econômico. É verdade que, historicamente, no período recente, desde a década de 1970, o capitalismo já não exibe a mesma vitalidade mundial, o mesmo dinamismo global de antes. A economia do pós-guerra foi uma excepcionalidade. Os episódios de crise e de estagnação, sob a dominação dos monopólios, da financeirização e do neoliberalismo, não impedem, porém, a possibilidade de situações específicas de aceleração do crescimento, como ocorreu no mundo no breve intervalo de 2003 até 2007. Teoricamente, Lênin já esclarecia que

228

[S]eria um erro pensar que esta tendência para a decomposição [a financeirização dominante global com suas crises e desemprego, poderia se dizer hoje] exclui o rápido crescimento do capitalismo. Não, certos ramos industriais, certos setores da burguesia, certos países, manifestam, na época do imperialismo, com maior ou menor intensidade, quer uma ou outra dessas tendências. No seu conjunto, o capitalismo *crece com uma rapidez incomparavelmente maior do que antes, mas este crescimento não só é cada vez mais desigual* como a desigualdade se manifesta também, de modo particular, na decomposição dos países mais ricos em capital. (LÊNIN, 1979d, p. 668, grifo do autor)

## A cartada dos Estados Unidos

Na perspectiva histórica e mundial, ao estudar a China, há que se perceber o imperialismo norte-americano em seu envolvimento direto na trajetória econômica do Extremo-Oriente. Os Estados Unidos atuaram decisivamente, nos marcos da guerra fria, para contar com importantes Estados aliados no Leste Asiático. A história do crescimento econômico no Japão e na Coreia do Sul dependeu diretamente do apoio, dos mais variados recursos e do mercado dos Estados Unidos. Em contraste, a China sofreu o bloqueio comercial, desde 1950, comandado pelos Estados Unidos. A vitória comunista em outubro de 1949 levantou uma grande onda política dentro dos Estados Unidos, que lamentavam pela “perda da China”. Depois da assim chamada “perda da China”, os estadunidenses se empenharam totalmente na guerra civil coreana. E a Organização das Nações Unidas (ONU), na conjuntura da guerra coreana, foi usada pelos norte-americanos para o cerco comercial contra a China.

Somente em 1972, com a viagem do presidente Nixon à China, começou-se a quebrar esse bloqueio comercial. A visita de Deng Xiaoping aos Estados Unidos, em 1979, selou o restabelecimento das relações diplomáticas, com repercussões econômicas estratégicas para a China. Para Wang Hui (2000, p. 137),

[...] as políticas de portas abertas de Deng Xiaoping precisavam de uma inserção muito mais profunda da China no mercado mundial. Como isto ocorreu? Um passo chave neste processo foi a invasão chinesa do Vietnã em 1978. Uma das razões da mesma, que de outra maneira teria sido um ataque sem sentido a um pequeno vizinho, era o desejo de uma nova relação com os Estados Unidos. A invasão foi como uma oferta política a Washington, e se converteu para

a China no bilhete de entrada no sistema mundial. Aqui, o excesso de violência era a condição prévia de uma nova ordem econômica.

230 Os norte-americanos sinalizaram para os capitais globais o seu interesse geopolítico nas reformas de mercado na China. A começar pela própria diáspora chinesa e Hong Kong, os vínculos da China com a economia internacional estabeleceram-se, cada vez mais. Os Estados Unidos abriram seu mercado para os produtos da China, que contava com os benefícios do reconhecimento do princípio de nação mais favorecida. Estreitaram-se os laços tanto comerciais e financeiros, quanto diplomáticos e acadêmicos (publicações, ingresso de chineses em universidades americanas) entre os Estados Unidos e a China. Especialistas e consultores norte-americanos influenciaram as mudanças econômicas através das mais diversas maneiras, inclusive com a formação de profissionais de economia e administração, segundo os manuais de negócios. Portanto, as reformas chinesas foram, em certa medida, um exercício de *real politik*, especialmente até os eventos da Praça Tiananmen, em 1989, e a desagregação da União Soviética, em 1991.

Assim, a ascensão da China beneficiou-se dos seguintes fatores, conforme Carlos Medeiros (1999, p. 94-95):

[Da] estratégia americana de isolamento e desgaste da ex-URSS, [d]a ofensiva comercial americana com o Japão e [de] uma complexa estratégia do governo chinês visando à afirmação da soberania de Estado sobre território e população através do desenvolvimento econômico e modernização da indústria.

A globalização acentuou ainda mais o caráter do capitalismo como sistema mundial, agregando problemas novos para dificultar as estratégias econômicas nacional-desenvolvimentistas de países

periféricos. Essa configuração do sistema capitalista impõe restrições para a solidez das tão enfatizadas peculiaridades nacionais presentes em um suposto modelo de desenvolvimento com características chinesas. O capital e a tecnologia estrangeiros aumentaram o grau de dependência da economia chinesa em face do comércio exterior. O Estado chinês tem recorrido a diversos instrumentos de estímulo e favorecimento aos investimentos estrangeiros. (YASHENG, 2003, p. 415)

### **A questão da pertinência da via chinesa**

É preciso discutir a natureza das relações entre dependência e autonomia na economia da China. A dependência não é um acidente e pode ter graus e formas muito variados. Ao contrário, trata-se de uma realidade que se vincula às políticas e às reformas implementadas pelo Estado chinês. Estabeleceu-se uma tensão entre nacionalismo, de um lado, e cosmopolitismo, de outro, na estratégia econômica chinesa. Incentivos e isenções fiscais, infraestrutura e zonas especiais, atração de capital estrangeiro e apoio a exportações não são mecanismos exclusivos do modelo chinês. Tudo isso aparece sob as mais diversas formas de política industrial, explícitas ou não, na experiência de diversos países. No entanto, é possível concordar que existe um caminho ou via chinesa de desenvolvimento, em certo sentido. Joseph Stiglitz (2002, p. 97) destaca o contraste entre a via chinesa e o modelo da globalização neoliberal, elogiando as “sensatas políticas econômicas” da China.

Os latino-americanos, que sofreram os efeitos perversos da adoção do modelo do Consenso de Washington, na década de 1990, talvez possam, esperançosos, olhar a China como um modelo, uma via chinesa, contraposta a simples liberalização. Não obstante o reconhecimento das distinções entre o Consenso de Washington e

um suposto Consenso de Pequim, há que se compreender as duas questões seguintes.

Primeiro, política industrial não é simplesmente o exato oposto de liberalização, como, por exemplo, mostra a liberalização financeira na Coreia do Sul nos anos 1990. Existem as mais diversas políticas industriais, relativamente aos monopólios, ao desenvolvimento, à produção e comércio exterior, à ciência e tecnologia. A administração de George Bush, campeão do liberalismo, logo no início do seu primeiro mandato, adotou a política de sobretaxas alfandegárias, como protecionismo para salvaguardar as situações de defasagem competitiva da indústria siderúrgica estadunidense, por exemplo.

Segundo, a China deslocou-se da política de um determinado tipo de planificação e gestão da economia em mãos, sobretudo, do Estado, na tentativa de construção do socialismo para a admissão de alguns graus de liberdade e dominação do capital privado, quanto a decisões de investimentos, produção e processo de trabalho. Esse deslocamento é um processo, com etapas, tensões, percorrendo décadas de reformas de mercado e privatização. A China promoveu a liberalização restringida da economia em referência à sua situação anterior ao final da década de 1970. Ao mesmo tempo, a China, preocupada com sua estabilização social, precisa sempre exercer oposição a aspectos de aguda liberalização, especialmente a alguns tópicos de investimentos, finança e serviços, que ultrapassam os acordos assinados e já cumpridos, com programação de medidas liberalizantes, conforme os compromissos com a OMC.

Portanto, a administração e as políticas públicas não podem ser compreendidas em si mesmas, abstratamente, descoladas do contexto e da conjuntura política. Não há um molde estritamente igual de via econômica para todos os países. É nesse sentido que se pode dizer que existe uma via chinesa, um modelo, influenciado pela história, pelas instituições e pela realidade social da China.

É nesses termos que há um caráter próprio – chinês – de sua via de desenvolvimento. Mas isso – a constatação de uma via chinesa, em certo sentido – é insuficiente. É preciso ir além, discutindo o que é esse modelo chinês e aonde vai a China. É assim que, neste livro, buscou-se identificar as principais relações entre o Estado chinês e a dominação do capital, examinando, concretamente, cada âmbito das reformas de mercado e da privatização.

O papel ativo do Estado na economia, desenvolvimentismo, capitalismo de estado, não são descobertas chinesas, como se sabe. A via chinesa não inventou a empresa estatal nem o controle dos fluxos de capitais de curto prazo. Desde sempre, no capitalismo, no mundo, há vínculos entre a acumulação de capital e o Estado. Ao longo da história, a violência estatal, como uma das expressões do poder da classe dominante, contribuiu para a diferenciação e polarização de classes sociais, para a acumulação primitiva de capital, para a regulação econômica, para a proteção da ordem e da propriedade privada, para impor o cumprimento dos contratos. Há muitos debates e experiências sobre as políticas do Estado. Ademais, há estados imperialistas e estados subordinados. Sempre houve participação decisiva do Estado no capitalismo, basta lembrar, por exemplo, o protecionismo defendido por Alexander Hamilton nos Estados Unidos, as leis dos cereais da Inglaterra criticadas por David Ricardo, a proteção à indústria nascente argumentada pelo alemão Friedrich List, o intervencionismo na orientação da economia alemã detestado por Ludwig Von Mises, até a política econômica anticíclica de administração do déficit público em situações de desemprego em massa, conforme John Maynard Keynes. O marxista polonês Michal Kalecki (1987, p. 23) propunha:

Quando o investimento cai abaixo do nível necessário à manutenção da demanda efetiva, o *gap* é coberto pelos gastos governamentais [financiados por

empréstimos, evitando redução de renda com aumento de impostos].

Assim, escapando à acusação de experiência exótica ou inovação temerária, a reforma do Estado chinês e a dominação do capital podem, em aliança, conviver com algumas políticas públicas de forte controle e gestão da economia, como tem ocorrido, além da permanência de algumas gigantescas empresas e bancos, com o controle acionário estatal.

### **Finança e capitalismo**

234

Alguns dos principais traços da evolução do capitalismo (trabalho, monopólios, finança, Estado) foram objeto de muito debate entre os marxistas, tentando-se compreender as características do imperialismo e suas implicações políticas. Por exemplo, em 1928, a Internacional Comunista discutiu a tese da estabilização do capitalismo, através da intervenção do Estado e do poder dos monopólios. O crescimento econômico, com aumento da produtividade do trabalho e queda dos custos, sugeria um “capitalismo organizado” pelo Estado. Para Evgueni Varga, o poder dos monopólios e a redução do tempo de trabalho seriam, porém, acompanhados por crises desencadeadas pela superprodução e disputa de mercados. (GALLISSOT, 1987, p. 269-270)

Em contraposição aos efeitos da monopolização produtiva, até onde o capital financeiro – capital industrial e capital bancário, com a dominação do último, conforme a versão de Rudolph Hilferding – e a ação econômica direta do Estado poderiam contribuir para a racionalização da economia, configurando algo como um capitalismo organizado? Mas, em vez de funcionamento regulado, estável, organizado, estourou a grande crise de 1929. A depressão dos anos 1930 trouxe a mão visível do Estado ao centro

do palco: com políticas fiscais de austeridade, como foram aplicadas pelo gabinete trabalhista no Reino Unido; com a onda protecionista deflagrada a partir da gritante elevação das tarifas nos Estados Unidos; com os programas e os gastos públicos no *New Deal* de Roosevelt ou no militarismo de Hitler. Todavia, agora, a via chinesa descobriu, enfim, alguma forma de imunidade ante os efeitos deletérios inerentes aos monopólios e à finança, dois fatores estruturais do capitalismo no mundo? A crise mundial de 2008 e a desaceleração econômica da China a partir de 2012 negam essa imunidade chinesa.

O capital financeiro tomou uma nova forma, sob a globalização neoliberal, agravando a instabilidade imanente da economia capitalista, provocando a assim chamada Grande Recessão de 2008, embora não se repita um episódio como o da quebra da Bolsa de Valores de Nova York em 1929 e seu desdobramento na Grande Depressão na década de 1930. Hoje, no caso da via chinesa, na segunda década do século XXI, tenta-se, com dificuldades, conter esse lado disruptivo da financeirização. Para Luiz Gonzaga Belluzzo (2004, p. 115), a China não tinha se deixado enredar na “dependência dos humores mercuriais dos mercados financeiros globalizados”. Na verdade, Belluzzo se referia aos anos 1990, quando fazia essa avaliação a respeito tanto da China como da Índia, que

ao longo da década, cuidaram de exercer controle seletivo e rigoroso sobre a entrada e a saída de capitais, evitaram o endividamento privado em moeda forte e dirigiram o investimento direto estrangeiro para impulsionar as exportações e substituir importações de forma eficiente.

E nas décadas de 2000 e 2010? Como já foi mostrado anteriormente neste livro no capítulo VII, já houve importantes mudanças nos mercados financeiros chineses. A realidade mundial e chinesa



depois da crise de 2008 mostra, a exemplo dos episódios de abalos seguidos das bolsas chinesas em 2015 e 2016, que a China está sendo empurrada para certo tipo de participação na globalização financeira, a despeito da importância e permanência de alguns controles e do ativismo da política econômica do Estado chinês.

### **Transição econômica**

Ao longo da década de 2010, o assim chamado modelo de crescimento econômico chinês foi submetido a grandes tensões. Já não é suficiente a fórmula de restrição aos capitais especulativos de curto prazo, atração do investimento direto e impulso exportador, urbanização e industrialização. Essa fórmula deu certo e gerou impactos positivos na estruturação produtiva, cada vez mais privada, enquanto, paralelamente, o Estado mantinha significativa parcela de decisões de gastos autônomos e grandes corporações empresariais e bancárias.

236

O crucial e assombroso investimento de quase metade do PIB, como motor do crescimento chinês, articulava-se com a vertiginosa expansão tanto do mercado doméstico quanto das vendas ao mundo. Mas declinaram, relativamente, as possibilidades para os produtos chineses de uma demanda solvável representada, sobretudo, pelo mercado estadunidense. Aumentam as pressões por novas rodadas de aumento do consumo, no mercado doméstico chinês, para compensar a diminuição relativa das exportações. Mostra-se insustentável o padrão de repartição do produto na China, entre consumo com imenso potencial, mas ainda restringido – e com impactos adversos para grandes massas trabalhadoras mais pobres – e o exacerbado investimento. A interação dessas diversas tensões tende a produzir uma trajetória chinesa preñe de instabilidade e complexidade, nos marcos do capitalismo dos monopólios e da finança de mercado no mundo.

O crescimento econômico resultante no chamado modelo chinês, a despeito do vínculo decisivo entre seu elevado investimento e seu mercado doméstico, tem uma dependência importante da demanda norte-americana, para a realização do “salto mortal” das mercadorias. As compras americanas eram e são decisivas, apesar do papel sempre e cada vez mais importante da demanda interna chinesa. Os Estados Unidos compram e os chineses multiplicam seus fundos de divisas. Mas, nesse terreno, a acumulação de reservas de trilhões de dólares é uma manifestação de desequilíbrios mundiais, a partir dos Estados Unidos. Nada mais irracional para o capitalismo do que a hipótese de que “[O] dinheiro petrifica-se, então, em tesouro e o vendedor de mercadorias torna-se entesourador”. (MARX, 1988a, p. 110) Ademais, na China, trata-se de um “equilíbrio” com ameaça de grande desemprego da força de trabalho, em um país imenso e com o desenvolvimento ainda bastante confinado à sua região litorânea.

### **Reciprocidade de reformas e contradições**

A assim chamada via chinesa não se limita a uma estratégia de desenvolvimento. Essa via é constituída de reformas, que adquirem dinamismo próprio e, em consonância com a operação do mercado, criam tensões e contradições, como argumentam Martin Hart-Landsberg e Paul Burkett (2004). Portanto, por exemplo, o investimento direto externo, as fusões e aquisições pelo IDE e as exportações não poderiam continuar com a China dispondo de normas de comércio e investimento domésticas em confronto com as normas internacionais. A China teve que operar mudanças com certo grau de liberalização. A via ou o caminho vai condicionando a estrutura econômica na China. Esse movimento não é uma mera explicitação de ausência de alternativas. Nesse sentido, não se trata de uma específica reforma que se impõe, sem escapatória, e, em

seguida, puxa uma outra determinada reforma, percorrendo um roteiro já predeterminado, com definições *a priori*, ao largo de escolhas e lutas dos homens e mulheres trabalhadores.

Contudo, sem se desviar para um raciocínio simplista e linear, cabe reconhecer a vigência dessa forma de dependência do caminho (*path dependency*), percebendo o encadeamento entre o mercado, a propriedade privada e a caminhada no sentido da restauração do capitalismo na China. Poderia ser diferente, mas não foi. Essa via chinesa e seus efeitos e encadeamentos estão integrados, sem automatismos, com a operação de tendências políticas e classistas em curso na China, com repercussões no sistema Partido-Estado.

238 Do ponto de vista do cosmopolitismo, há alguns aspectos de proximidade entre a via chinesa e os vínculos entre exportações e investimento direto externo. Os planos quinquenais existem, estão mantidos, têm grande importância na tarefa de natureza desenvolvimentista, mas a orientação do curso econômico perdeu o papel da planificação central de sentido socializante. Os investimentos, a produção e o emprego já não são majoritariamente de empresas estatais. O capitalismo do Leste Asiático baseou-se no estímulo estatal e na acumulação privada de capitais, com uma industrialização vinculada às exportações. Na Coreia do Sul, implementaram-se planos quinquenais, com metas, crédito bancário e política industrial. Sim, há hibridismo chinês, indiscutivelmente. Porém, o hibridismo é constituído pelas características especiais da China como um grande país, pela adaptação das experiências de desenvolvimento econômico no Leste Asiático e pela novidade das fortes influências, nas mais diversas esferas, dos Estados Unidos e do Ocidente.

As reformas constituíram a via chinesa. As reformas variam por tipo de abordagem, ritmo e abrangência. A cada etapa, novas contradições e novas reformas concretizam a própria reconfiguração do Estado chinês e o curso da dominação do capital. Esse

processo mesclou-se com as mudanças do capitalismo no mundo, em certa medida. As relações entre a reforma do Estado e a dominação do capital na China passaram a refletir, em determinado nível, as exigências tanto conjunturais quanto estruturais do capitalismo globalmente. Desse modo, pode-se dizer que a China não utilizou seu poder para mudar o Consenso de Washington. Não teve esse interesse. Não se lançou a contribuir efetivamente para o desenvolvimento de outras nações periféricas em desafio e em oposição explícita e internacional às políticas de ajustamento e de neoliberalismo do Fundo Monetário Internacional, do Banco Mundial e da Organização Mundial do Comércio. É mais provável que o “sistema global [ou seja, o capitalismo] modifique a China”, em vez do contrário, reconhece Harry Williams. (2001, p. 162; 187)

A China já está envolvida no processo regional e internacional de expansão e riscos dos mercados financeiros desregulados. Dentro da lógica das reformas econômicas gerais em curso na China, não há como escapar das pressões dos mercados financeiros, dentro e fora do país. Surgem problemas amplos e complexos. Por exemplo, em 2 de julho de 1997, no dia seguinte à devolução de Hong Kong para a soberania da China, estourou a assim chamada crise asiática, a partir do ataque especulativo contra o *bath*, a moeda da Tailândia. A especulação contra o dólar de Hong Kong começou no mesmo mês, setembro de 1997, quando se realizou o 15º Congresso do Partido Comunista da China, onde se decidiu a favor da privatização massiva das empresas estatais – “reter as grandes e soltar as pequenas”.

Entretanto, a China foi o país menos afetado pela crise “asiática” de 1997 e tornou-se, naquele momento, um fator de estabilidade relativa na região. Conseguiu evitar a desvalorização da sua moeda e sofreu apenas uma pequena queda no fluxo de investimentos externos diretos e no ritmo das exportações no primeiro semestre de 1998. O crescimento econômico manteve-se elevado e a inflação

baixa. Tudo isso fortaleceu o prestígio regional e internacional da China. Alguns fatores favoreceram a economia chinesa em face dessa crise, a saber: a forte desvalorização antecipada do *yuan* em 1994; a não abertura de sua conta de capital, preservando as restrições aos capitais especulativos de curto prazo, e a aceleração de suas exportações, inclusive em competição com as vendas externas de seus vizinhos. Preocupados com as fraquezas reveladas do modelo asiático de forte presença estatal, no curso da crise, os dirigentes comunistas, reunidos na sessão plenária do Comitê Central, em março de 1998, resolveram adotar algumas medidas de maior liberalização econômica. Decidiram acelerar algumas reformas liberalizantes nas empresas estatais e no sistema bancário, principalmente implementando as privatizações. (LAUTARD, 1999) Mas desde a segunda metade da década de 2000, a China centralizou seus conglomerados empresariais estatais selecionados e estratégicos.

240

### **Século XXI: mudança de modelo**

Mudança de modelo é um tema que anima as discussões sobre a China na década de 2010. Trata-se de uma concepção de modelo muito estreita, economicista, concentrada nas relações entre as demandas doméstica e externa e seu efeito sobre o crescimento econômico da China. Exageram que as exportações e o investimento direto externo teriam sido quase os únicos motivos do ritmo impressionante de expansão do produto interno bruto da China. A despeito da sua inquestionável e decisiva importância, o IDE e as exportações situaram-se em um determinado contexto histórico chinês e global, que foi especial e favorável ao desempenho econômico da China. A incorporação do gigante asiático, destacando seu mercado e sua massa de força de trabalho, soou como uma benção ao terreno especificamente produtivo do capitalismo no mundo, envolto em tensões e contradições em seu dinamismo.

E agora? Mudança de modelo? Só da China? Na verdade, o problema ultrapassa o tal modelo chinês. A crise, deflagrada em 2007-2008, nos Estados Unidos, continuará, por muito tempo, produzindo mais constrangimentos e mais transformações econômicas, políticas e sociais globais. Os problemas são de diversas naturezas, mas pertencem ao mesmo quadro geral do capitalismo das primeiras décadas do século XXI. Ademais, é um quadro marcado pelas desigualdades, violência e intolerância. A agonia da Grécia, o *Brexit*, a ascensão da extrema-direita na Europa, Estados Unidos, América Latina etc., as guerras infindáveis e necessárias ao imperialismo, as multidões de imigrantes perseguidos, o obscurantismo do fundamentalismo religioso, o horror das reformas trabalhistas em diversos países, tudo isso é manifestação da mutação do capitalismo do século XXI. É uma revanche tenebrosa sobre a razão, o progresso e a democracia.

Do ponto de vista da economia, o século XXI está carregado de ameaças. Falam em estagnação secular, era da mediocridade, monstro da deflação. Conforme a instituição US Conference Board, a produtividade global do trabalho cresceu medíocres 2,1% em 2014. (ROBERTS, 2016, p. 129) Antes da crise, esse indicador foi de 2,6% entre 1999 e 2006. Nos Estados Unidos, a produtividade recuou de 1,2% para 0,7% de 2013 para 2014. O conjunto das economias desenvolvidas registrou apenas 0,6% de crescimento da produtividade em 2014. Para recuperar a economia, o grande capital aposta em novas rodadas de aprofundamento do neoliberalismo com privatizações e cancelamento dos direitos sociais e trabalhistas. O principal movimento é a intensificação da exploração dos trabalhadores. Há movimentos, como o *Tea Party* nos Estados Unidos e a Frente Nacional na França, que propõem a xenofobia nacionalista com isolamento econômico. Muitos cobram dos chineses mais compras externas e redução das suas exportações.

Na verdade, a China tornou-se importante demais e influencia decisivamente a economia global. O recuo relativo das importações chinesas de *commodities* abalou o desempenho econômico na América Latina e África. Há uma gradual desaceleração da produtividade do trabalho na China. O assim chamado “novo normal” da economia chinesa deveria mostrar menor dependência das exportações, da construção civil e dos gastos governamentais em infraestrutura. Mas o alargamento do consumo na China, motivo de grandes expectativas na mudança do modelo, ainda se defronta com a restrição do poder de compra das massas trabalhadoras mais pobres, pressionadas adicionalmente pelos gastos com os diversos serviços privados, como saúde, educação, além da previdência. Os salários triplicaram em relação aos anos 2000, mas mesmo assim os lucros cresceram ainda mais e a participação do trabalho na renda diminuiu. (ROBERTS, 2016, p. 260) Avalia-se que o mercado de trabalho na China já teria atingido o chamado ponto de inflexão de Arthur Lewis, no qual o campo já não teria o excedente ilimitado de força de trabalho pressionando para baixo os salários urbanos, em prejuízo da distribuição de renda e da demanda doméstica. É verdade que o crescimento dos salários chineses tem até provocado a instalação de plantas em países com salários relativamente mais baixos, como o Vietnã, mas a China ainda dispõe 200 milhões de trabalhadores migrantes. O problema torna-se extremamente complexo, porque ao mesmo tempo há um movimento de automação dos processos de trabalho, como, por exemplo, o impressionante plano de um milhão de robôs na Foxconn.